

Subvenção atendia tudo menos filantropia

Alado das empreiteiras, outro esquema paralelo de corrupção denunciado pela CPI foi o de subvenções, que, ao invés de favorecer empresas, beneficiava diretamente o núcleo de poder da Comissão Mista de Orçamento. O relator recomenda o fim das Subvenções Sociais. Segundo o esquema descrito pelo relatório, os parlamentares criavam — ou patrocinavam a criação — de entidades inscritas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Estas entidades, controladas por pessoas intimamente ligadas aos parlamentares, formavam **holdings** que controlavam diversas outras que também se credenciavam a receber dinheiro da União. “O parlamentar integrante do esquema não raro alienava todo seu patrimônio em favor da **holding**, para alegar, em caso de eventual necessidade, que não possuía fortuna pessoal”, conta o relatório.

A CPI constatou que entre as fraudes praticadas por estas entidades, muitas comprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), estavam desvio de recursos, utilização de notas fiscais falsas e o emprego de **fantasma** para transferir dinheiro para os membros do esquema. O relatório confirma, ainda, que os membros do esquema enviavam listas de entidades a serem contempladas com

subvenções, conseguindo o descontingenciamento das verbas. A exemplo do esquema das empreiteiras, o das subvenções não era restrito ao Poder Legislativo. “Nos ministérios, funcionários em postos-chave garantiam as liberações”, aponta.

O relatório afirma que o projeto de Orçamento constituía uma verdadeira **caixa preta**, sendo sempre apreciado e votado ao término do prazo disponível, o que o tornava conhecido apenas dos membros do esquema. “A complexidade do projeto e sua falta de transparência permitiam que fosse alterado

até mesmo após a votação”, conclui. Por isto mesmo, o relator sugere o reaparelhamento técnico e de recursos humanos do Legislativo. Num capítulo intitulado ‘Um Episódio Singular’, o relatório cita o caso da votação do Orçamento para 1992, quando o relator-geral, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), alterou o projeto orçamentário mesmo depois de aprovado.

O relatório alerta, no entanto, que o esquema de corrupção no Orçamento era anterior à Constituição de 1988, o que comprova a importância da atuação de seus membros junto ao Poder Executivo. No Legislativo, explica o relatório, “Um grupo de parlamentares assenhorou-se do Poder Institucional, o que permitiu que aquele colegiado se tornasse importante componente do esquema existente para lesar os cofres públicos”. O grupo de parlamentares que controlava a Comissão de Orçamento alternava-se na Presidência e Relatoria-Geral, procurando ainda influir na escolha dos relatores parciais nas áreas que centralizavam verbas de maior vulto. Este grupo atuou entre 1989, quando pela primeira vez o Legislativo passou a poder emendas a Constituição.

O relator Roberto Magalhães explicou a atuação dos integrantes da CPI durante as investigações sobre as fraudes no Orçamento: “através dos poderes delegados pelo Congresso, os integrantes da CPI podem investigar assuntos de natureza civil e criminal”. De acordo com o relatório final, as investigações revelaram dois esquemas paralelos de corrupção que manipulavam a Comissão de Orçamento.

O esquema envolvia servidores em postos-chaves nos ministérios para garantir as liberações
